



9º Encontro Internacional de Política Social
16º Encontro Nacional de Política Social
 Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises
 Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

Eixo: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Reflexões sobre questão social, superexploração e relações raciais no Brasil

Gustavo Gonçalves Fagundes¹

Resumo: O artigo traz os entrelaçamentos da questão social e das relações raciais no Brasil. Aborda a superexploração como traço estrutural da formação social brasileira em particular e do capitalismo dependente em geral, sendo ressaltada sua íntima relação com a questão social no país. Essa é uma contribuição na construção de uma agenda de aproximação entre a categoria superexploração da força de trabalho, os debates sobre as relações raciais no Brasil e as pesquisas sobre a questão social no país. É ressaltado a localização do trabalhador negro como uma das primeiras forças da superpopulação relativa, a qual opera para naturalizar e racializar a superexploração.

Palavras-chave: Questão social. Relações raciais. Superexploração. Serviço Social.

Reflections of social issues, overexploitation and racial relations in Brazil

Abstract: The paper brings the interweaving of the social issue and racial relations in Brazil. It addresses overexploitation as a structural feature of the Brazilian social formation in particular and of dependent capitalism in general, emphasizing its intimate relationship with the social issue in the country. This is a contribution towards the construction of an agenda of rapprochement between the category of overexploitation of the workforce, debates on racial relations in Brazil and research on social issues in the country. The location of the black worker is highlighted as one of the first forces of relative overpopulation, which operates to naturalize and racialize overexploitation.

Keywords: Social issue. Racial Relations. Overexploitation. Social work.

INTRODUÇÃO

A partir do debate clássico na tradição crítica a respeito da questão social no Brasil, existe no âmbito do Serviço Social uma importante iniciativa de incorporar, qualificar e atualizar as discussões sobre o tema. Esse é um esforço coletivo, o que abrange o conjunto da categoria profissional e pesquisadores de outras áreas do conhecimento. Uma empreitada fundamental, seja pelos desafios impostos pelas transformações no mundo do trabalho e na própria ordem societal (ANTUNES, 2018; BEHRING, 2018) como também por aprofundar nas elaborações próprias da questão social e suas particularidades, elementos centrais da realidade brasileira, o que na nossa

¹ Doutorando em Serviço Social de Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professor substituto da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e autor de Superexploração e Racismo no Brasil: diálogos e questões (Editora Appris, 2022). E-mail: ggf.fagundes@gmail.com.

avaliação diz respeito ao racismo estrutural (ALMEIDA, 2019) e a dependência (BAMBIRRA, 2012; MARINI, 2005). Dessa forma, temos em mãos um complexo imbróglio para desvelar.

Na esteira do recorte teórico-metodológico, salientamos que trataremos da questão racial como o tema central para compreensão do Brasil. O que, portanto, implica na sua vinculação com a questão social e as suas particularidades. Ao nosso ver, tal proposição teórica não tem nada a ver com um suposto ecletismo. Pelo contrário, é justamente a busca pelas apreensões do real, as minúcias do movimento da realidade, uma tarefa que deve ser encarada a partir do arcabouço da teoria social crítica. A partir da crítica da economia política faremos o crivo necessário para as vigências e inconsistências do que for analisado, sempre com o objetivo de assinalar as tendências pertinentes ou não.

Dessa forma, buscaremos relacionar a vigência da opressão racial com a questão social em nosso país. Partimos do entendimento do racismo como elemento estrutural na formação social brasileira e substância central na dominação de classe, qualificado como uma potente arma ideológica. E como tal, possui tentáculos na dinâmica econômica, política e tem no Estado um firme ponto de apoio. Uma mínima atenção a divisão social do trabalho no Brasil produz a percepção de uma contraditória relação entre os trabalhadores negros com os trabalhadores brancos e em uma escala superior de degradação do trabalho as mulheres negras, criando um gradiente de hierarquização funcional à reprodução ampliada do capital. Além disso, orientamos um exame da questão social a partir da superexploração da força de trabalho. Uma categoria que a nosso ver se constitui de elementos capazes de nos auxiliar no entendimento da luta por direitos, nos limites da democracia em nosso país (DURIGUETTO; DEMIER, 2017) e fundamentalmente na aproximação transversal das particularidades da questão social com as relações raciais. Um percurso que já é tema de esforço analítico no período recente (FAGUNDES, 2022).

1. APROXIMAÇÕES E QUESTÕES

A busca por relacionar a vigência das relações raciais com a questão social é ancorada em diversas tensões. Dessa forma, almejamos dar um trato rigoroso a essa temática como forma de também contribuir com o rico debate em curso.

Frente a isso, desde já buscamos nos diferenciar de algumas posições. Essa opção teórico-metodológica - e também política - se manifestará desde já a fim de evitar possíveis confusões na interpretação da atual exposição. Concepções individualizantes ou de apagamento das marcas das relações raciais devem ser combatidas intelectualmente e é justamente nesse ponto que as elaborações marxianas e os melhores veios da tradição marxista são alçados ao posto de armação intelectual necessária e fundamental. Clóvis Moura (2021, p. 21) ressalta o conjunto das ciências sociais como um instrumento de transformação científica da sociedade, interessadas na temática estudada “e nunca ao nível de simples abordagem neutra de problemas, fatos e processos que envolvam o próprio estudioso”. Afirmamos ainda o acordo com a concepção do autor a respeito da ideia de que a opressão racial não é um mero resquício de uma sociedade escravista superada pelo capitalismo e sim um elemento que constitui o próprio modo de produção capitalista. Sendo assim, um desenvolvimento das forças produtivas sob essas relações não traria a superação do racismo e sim a construção de um processo que retroalimenta essa opressão.

Ao posicionar o debate da questão racial em uma perspectiva marxiana ao longo de sua obra, Moura (2021) impõe o deslocamento enquanto uma categoria sociológica e se contrapõe ao que correntes filosóficas alinhadas as distintas frações das classes dominantes organizam nos seus modelos de pensamento baseados na lógica formal-abstrata. Uma reflexão crítica sobre o pensamento dialético e demais correntes de pensamento são englobadas por Yolanda Guerra (2018; 2020) e nos auxiliam na investigação sobre os rumos dos debates étnico-raciais na formação profissional e do Serviço Social em geral.

Netto (1999) nos auxilia ao abordar que o projeto profissional se vincula a um projeto societário, o qual deve buscar uma nova ordem social, baseada em contornos de superação da exploração e dominação de classe, etnia e gênero. Iamamoto (2001) vai além e nos conduz a necessidade de maior profundidade, como “a premissa é de que a análise da questão social é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho” (p. 10), o que implica em umbilical ligação com o processo de acumulação e os desdobramentos sobre as classes sociais, em especial a classe trabalhadora. O que “diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade

capitalista madura” (p.16) e, portanto, expressa “disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizada por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais” (p. 17). Temos com isso uma firme orientação sobre as raízes e formas de expressão desse elemento nuclear da profissão e ao mesmo tempo reserva o centro da prática interventiva da categoria profissional.

Ainda nesse sentido, Netto (2001) ao tratar das “Cinco notas a propósito da “questão social”, inicia sua reflexão afirmando que “na agenda contemporânea do Serviço Social brasileiro, a “questão social é ponto saliente, incontornável e praticamente consensual” (p. 40). Dessa forma, reforçamos não existir discordância em afirmar que “as conexões genéticas do Serviço Social profissional não se entrecem com a “questão social”, mas com suas peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa” (NETTO, 2011, p. 18).

Assim, no bojo das elaborações que buscam contribuir no esforço de atualizar as discussões sobre a questão social - os quais podem ser observadas na edição número 42 da revista *Temporalis* - e a centralidade do debate das relações raciais nesse processo, é preciso perceber essas conexões também a partir da apropriação dos fundamentos da Teoria Social de Marx.

Entendendo o pressuposto da categoria profissional como trabalhadores assalariados, obrigados a vender sua força de trabalho em diversas instituições (sejam privadas, órgãos públicos ou entidades sem fins lucrativos). Qualificar essa temática é parte do processo de orientar a capacidade competente dos assistentes sociais para intervir na realidade do tempo presente, assolada por transformações no mundo do trabalho e que implica em agudização da contradição capital-trabalho.

A formação profissional responde a dilemas históricos, mas também atende a elementos vigentes na contemporaneidade e suas tendências. Não pode ser estática, inerte as transformações da sociedade como também é anticientífico ignorar o percurso e conjunto de trajetória responsável por formar, construir e estruturar o mundo presente. Guerra (2018) afirma que a formação necessita estar localizada nas entranhas do real, nas chamadas concretas contradições que marcam a conjuntura, as quais afligem no cotidiano um processo de escamoteamento produzido pela ideologia dominante.

É nesse ensejo que Guerra (2018) amplia sua reflexão e conecta sua elaboração com a preocupação a respeito dos problemas da formação, o que implica no que é ou virá a ser o projeto de profissão. Qual concepção? Quais objetivos? Qual conjunto de atribuições e competências? Quais as requisições institucionais esse profissional está submetido? Esse conjunto de perguntas joga luz sobre uma necessária indagação: as disputas em torno do projeto de formação profissional, o qual tem os fundamentos em seu centro. Nesse sentido, a autora aponta que é preciso formar assistentes sociais com capacidade teórico-metodológica para interpretar a realidade e intervir na mesma a partir do desvelamento das suas particularidades. Esse complexo anseio não se concretiza com uma formação genérica sobre os temas próprios do Serviço Social, longe de qualquer flerte com correntes endogenistas, mas também requer uma rica aproximação com teoria social crítica, justamente aquela fincada nas categorias desenvolvidas na obra marxiana e na tradição marxista.

Não se deve desqualificar os conteúdos da formação que possuem elevado nível abstrato. Entretanto, é preciso dotar os sujeitos de capacidade de mediação. Portanto, é preciso não cair em esquematismos que ora alçam o conhecimento a um formalismo teórico e ora observam a história em um horizonte linear e a partir disso apostam em esquemas e manuais para intervenção profissional.

Assim, compartilhamos da elaboração de Josiane Soares Santos (2010):

Para explicar a “questão social” no Brasil não basta identificar as categorias centrais ao modo de produção capitalista, que compõem o nível da universalidade; há que acrescentar a esse nível a singularidade dos componentes desta sociedade enquanto formação social concreta, para que se tenha condições de dimensionar suas particularidades enquanto mediações centrais das expressões da “questão social” (p. 128-129).

Nesse sentido, a questão racial tende a dar centralidade à unidade articulada preconizada nos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) e sendo assim, deve ser parte do cotidiano profissional da categoria.

Os núcleos de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do trabalho profissional apresentam níveis de abstração distintos, mas compõem uma unidade articulada. É uma unidade que reforça a relação trabalho e formação, uma vez que, mesmo estando em um documento da formação profissional, tal unidade expressa também os elementos necessários ao trabalho da/o assistente social. Trata-se de unidade que respeita os níveis de abstração de cada núcleo de Fundamentação, uma unidade que se articula e

respeita a autonomia intelectual que cada núcleo contempla. Trata-se de uma unidade entre os núcleos de fundamentação que expressam a identidade histórica construída pela profissão, hegemônica desde a década de 1980. Tal unidade articulada entre os núcleos de fundamentação expressa a totalidade da perspectiva teórica que sustenta esse projeto de profissão. (TEIXEIRA, 2019, p. 31).

A construção da chamada unidade articulada é um terreno em que podemos apontar as lacunas de perspectivas teóricas e correntes filosóficas vinculadas a lógicas formais e abstratas e o contraponto apresentado pela dialética presente na Teoria Social de Marx. Um embate caro não só para o debate das relações raciais, mas para o Serviço Social e conjunto das pesquisas e investigações. Yolanda Guerra (2020) aponta que as teorias sociais constituem, dentre outros elementos, de uma organização do conhecimento baseada na articulação de leis, conexões e vínculos, dando conta de orientar nossa forma de ler e interpretar a realidade. A autora é taxativa - e nós temos acordo - ao afirmar que Marx e o marxismo contribuem na produção de um novo padrão de cientificidade, principalmente por desenvolver uma ontologia do ser social de base materialista e dialética na qual a filosofia e ciência se entrelaçam.

2. RACISMO ESTRUTURAL E MANIFESTAÇÕES DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Reforçamos aqui que o presente texto não tem o objetivo de inaugurar uma hipótese própria e nem de contrapor frontalmente as perspectivas vigentes. Pelo contrário, desejamos contribuir com as produções já desenvolvidas e que em muito engrandecem o arcabouço teórico-político do Serviço Social e das ciências sociais de conjunto. O esforço aqui apresentado será orientado para dar conta de um permanente diálogo entre racismo estrutural e superexploração da força de trabalho no debate corrente sobre a questão social. Um entrelaço que necessita ser enredado pela dinâmica da luta de classes e a correlação de forças nas ações dos movimentos sociais, o que para nós tem conexão direta com luta por direitos e ampliação dos ditames democráticos.

Ao tratar estritamente da superexploração, Mathias Luce (2018, p. 135) é taxativo em afirmar que “a categoria superexploração é, sem dúvida, o traço mais lembrado do capitalismo dependente”. Sendo assim, faremos uma breve explanação sobre as origens da dependência e a forma como o Brasil apresentou uma inserção subordinada no mercado mundial, o que implicou em um intercâmbio desigual de

mercadorias. Combinação essa que se desdobra em um mecanismo de transferência de valor das economias dependentes em direção às economias centrais. Nesse sentido, concebemos a superexploração como um regime que atua como mecanismo de compensação a essa perda de valor, uma compleição *sui generis* da relação capital-trabalho e própria das nações com capitalismo dependente.

Marini (2005) aponta que é nas determinações desse caráter que deve estar contida a atenção daqueles que examinam o capitalismo dependente na região. Portanto:

O que deveria ser dito é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional. (MARINI, 2005, p.138).

A dinâmica da formação socioeconômica brasileira em direção ao capitalismo dependente e em diálogo com as relações raciais do contexto brasileiro, traz à luz um fator de aperfeiçoamento em favor do capital.

A força de trabalho, na superexploração, além de estar submetida à exploração capitalista nas determinações mais gerais da lei do valor, está também, submetida às determinações específicas desta, sob as quais é agudizada sua tendência negativamente determinada, que atua de modo sistemático e estrutural sob as economias dependentes, provocando desgaste prematuro da força de trabalho e/ou a reposição de seu desgaste de tal maneira em que a substância viva do valor não é restaurada em condições normais (isto é, nas condições sociais dadas), ocorrendo o rebaixamento do seu valor. (LUCE, 2018, p. 155).

Dessa forma, partimos para a apreciação do que consiste o valor da força de trabalho e suas categorias mediadoras, sendo elas o valor diário, valor total, fundo de consumo e fundo de vida.

Desta feita, de acordo com a TMD, o desdobramento da categoria da superexploração passa pela reflexão em torno do fato de que a força de trabalho possui um valor diário e um valor total os quais se encontram imbricados com as categorias relacionais: fundo de consumo e fundo de vida, que são suas categorias mediadoras. E que tanto a análise do consumo da força de trabalho precisa ser desglosado entre jornada de trabalho diária e jornada de trabalho total, quanto a reposição (ou não) de seu desgaste precisa ser avaliada, considerando os anos de vida presentes e futuros. Nisto consiste a dialética entre fundo de consumo e fundo de vida, ambos violados sob as relações de superexploração. (LUCE, 2018, p. 158)

Logo, a superexploração é um expediente fruto dessa natureza desigual do capitalismo mundial, o que faz com que seja particular ao capitalismo dependente e não como uma espécie de lei geral da acumulação a nível mundial. Compreendemos a vigência de quatro manifestações específicas da superexploração da força de trabalho: a) pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor; b) o prolongamento da jornada de trabalho além dos limites normais; c) o aumento da intensidade além dos limites normais; d) o hiato entre o elemento histórico moral do valor da força de trabalho e a remuneração do trabalhador. É a partir dessa particular expressão das relações de produção capitalista a que estão submetidos os trabalhadores brasileiros e de forma agudizada sua parcela negra.

Aprofundamos aqui as ideias apresentadas por Ana Paula Procópio (2021) sobre as resistências negras frente aos colonialismos, escravismos e ao abolicionismo sem direitos, um enredo que culmina nos limites da legalidade da democracia liberal em uma nação dependente. O que acaba por conformar e ser conformado por um Estado distante de preocupações com as demandas populares, orientado pela violência e autoritarismo, características que trazem em si a marca do racismo. Queiroz (2021), ao fazer uma análise das interpretações marxistas sobre a questão racial no Brasil do pensamento de Clóvis Moura e Florestan Fernandes, coloca que apesar das diferenças entre os autores em questão, tais obras tem em si um resgate dos sujeitos subalternos como uma forma de pensar o que foi ocultado e do trabalhador negro como agente dinamizador da sociedade brasileira, seja no período escravista ou na emergência da sociedade classes, seja nas lutas sociais ou na organização do mercado de trabalho assalariado.

Imbuído da elaboração de Silvio Almeida (2019) acerca do caráter estrutural do racismo, o que se traduz na integração não só na dimensão econômica da sociedade, mas também na forma da política. Portanto, compartilhamos integralmente da ideia exposta pelo autor, de que “na perspectiva estrutural - que é nosso foco - se considerarmos o racismo um processo histórico e político, a implicação é que precisamos analisá-lo sob o prisma da institucionalidade e poder” (p. 86). O que acaba por resultar na necessidade de observar as ações do Estado brasileiro no período de transição do regime de trabalho, o que pressupõe investigar a construção do seu arcabouço jurídico-

político. Dado que “o Estado é a forma política do mundo contemporâneo, o racismo não poderia se reproduzir se, ao mesmo tempo, não alimentasse e fosse também alimentado pelas estruturas estatais” (p. 87).

A partir do exame de Clóvis Moura (2014; 20121) sobre o turbilhão de exploração e discriminação que sofre a pessoa negra no Brasil ao longo da formação social e econômica plenamente capitalista, temos maiores e melhores subsídios para compreender como a dinâmica da sociedade brasileira contemporânea realça a desigual adequação do regime de superexploração da força de trabalho entre brancos e negros. Apesar do conjunto dos trabalhadores estar imerso nesta lógica de exploração particular do capitalismo dependente, sendo alavancada pelo avantajado exército industrial de reserva, ou seja, o desemprego e os aspectos do desalento atingem de forma constante e permanente um grande quantitativo da população economicamente ativa. Seu desdobramento é a existência de distinções nas condições de vida e trabalho entre os indivíduos brancos e negros. Essas diferenças se explicam pela constituição de uma estruturante opressão racial com vinculações em toda as áreas da vida, tendo sua expressão reconhecida no âmbito da cultura, educação, emprego e renda, saúde, linguagem e outros segmentos.

Uma mínima atenção a divisão social do trabalho no Brasil produz a percepção de uma contraditória relação entre os trabalhadores negros com os trabalhadores brancos, criando um gradiente de hierarquização funcional à reprodução ampliada do capital. É nesse ensejo que postulamos agregar elementos da categoria superexploração da força de trabalho na apreensão das relações raciais no Brasil. As premissas necessárias para a manifestação das formas de superexploração encontram no Brasil características potencializadas pelo dinâmica da opressão racial em nossa formação social.

A fundamentação tratada aqui sobre a existência de condições normais para determinadas questões, como o valor da força de trabalho, a extensão da jornada e a intensidade do trabalho tem a ver com o processo histórico e a dinâmica conjuntural. Isso quer dizer que a natureza da formação sócio-econômica do Brasil influencia na elaboração dos parâmetros do que é normal e do que não é. Dessa forma, se reproduz em uma sociedade que possui uma massa de trabalhadores composta majoritariamente por

trabalhadores negros. Logo, o que é tido como normal é influenciado diretamente pelo racismo.

No mundo - racista -, o negro não tem condição de reivindicar um tratamento igualitário ou de exigir que suas diferenças sejam respeitadas; o tratamento dispensado ao trabalhador e até mesmo as suas diferenças são dele ou do que venha a achar de si mesmo. A forma com que o trabalhador será tratado, o que é justo ou não, e até onde pode ir nas suas reivindicações, vai depender única e exclusivamente das determinações da produção capitalista e da replicação da forma-valor. Assim é que o racismo se conecta à subsunção real do trabalho ao capital, uma vez que a identidade será definida segundo os padrões de funcionamento da produção capitalista. (ALMEIDA, 2019, p. 182).

Frisamos que em relação ao exército industrial de reserva, o mesmo é característica basilar da formação sócio-econômica brasileira e que persiste da abolição da escravidão até os dias de hoje com a população negra ocupando compulsoriamente um espaço hegemônico. Sendo assim, é de extrema importância observar o destino dos milhões de brasileiros responsáveis pela produção da riqueza nacional no período escravista após a conquista da abolição da escravidão. Principalmente por essa abrangente parcela populacional ser representada por homens negros e mulheres negras, o que indica a existência do elemento racial nessa equação. Frente a isso, Moura (2021) afirma que ocorreu uma lógica “sistemática de peneiramento contra o ex-escravo, após a abolição, permeou as suas oportunidades de integração na sociedade capitalista emergente” (p. 31). E completa que um fator central nesse processo de marginalização foram as séries de atos estatais em favor do imigrante.

Após a abolição, o negro das senzalas [...] ficou sem condições de engajar-se no processo de trabalho livre na proporção que devia para não se marginalizar. Junte-se a ele o grande número de libertos que, tendo, saído da escravidão, não tinham sido incorporados ao sistema de trabalho criado após o 13 de maio. Esta impossibilidade do negro livre integrar-se a curto prazo deve-se, em primeiro lugar, a que a escravidão, como sistema de produção, criava limitações estruturais. [...] Separava-se radical e completamente dos bens que criava, não participava, nem mesmo através da venda da sua força de trabalho, na troca de mercadorias, pois ele próprio era mercadoria que circulava no sistema escravista. (MOURA, 2021, p. 45).

O que se pode avaliar dessa situação imposta à parcela negra do proletariado brasileiro é que as décadas posteriores à abolição impuseram uma situação de desemprego e subemprego permanente. Podemos constatar com os relatos e dados apresentados anteriormente que esse quantitativo populacional se estabeleceu como uma massa sobrando do mercado de trabalho. Homens e mulheres que apesar de estarem em

idade economicamente ativa e aptos para distintas ocupações laborais, não conseguiam estabelecer vínculos consolidados. Ou seja, acabavam por ampliar, ano após ano, o avolumado setor de trabalhadores que estavam fora dos postos de trabalho (MOURA, 2021; FERNANDES, 2008). Isso se relaciona com a elaboração marxiana sobre superpopulação e exército industrial de reserva, visto que “produzir uma população excedente relativa, isto é, excedente em relação à necessidade média de valorização do capital, é uma condição vital da indústria moderna” (MARX, 2017, p. 709).

Tal reflexão constitui relevância superior ao se constatar o exército industrial de reserva como categoria anteriormente indispensável para efetiva realização da superexploração da força de trabalho, conforme aborda Ruy Mauro Marini (2005). A população excedente constituiu-se historicamente com uma composição majoritária de trabalhadores negros e negras. É essa população o produto necessário para a acumulação de capitais e também sua alavanca de reprodução.

Luce (2018, p. 16) apresenta a superexploração como “determinação negativa do valor contida na lei do valor, em que a corporeidade viva da força de trabalho é submetida a um desgaste prematuro” e, sob as condições socioeconômicas historicamente determinadas, não realiza uma reposição do seu desgaste, onde a “substância viva do valor não é restaurada” e acaba por ser fixada abaixo seu valor. apontamos suas formas de expressão: a) pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor; b) prolongamento da jornada de trabalho além dos limites normais; c) aumento da intensidade do trabalho além dos limites normais; d) hiato entre o pagamento da força de trabalho e o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho. O que impõe uma diminuição geral na renda das famílias, um processo que se desenvolve por toda história do trabalho assalariado no país.

A partir do entendimento que a parcela negra do proletariado brasileiro foi imposta a condição de uma das primeiras forças da população excedente na transição do trabalho baseado na escravidão para o assalariamento (MOURA, 2021), uma situação que permanece até os dias de hoje como alavanca da acumulação capitalista com função central de controlar o valor da força de trabalho. A passagem da subsunção formal para a subsunção real incrementa e agudiza as condições de trabalho do proletariado negro no pós-Abolição, pois consolida sua firme situação de desemprego, subemprego,

inatividade (características de superpopulação relativa estagnada). A manutenção de uma remuneração abaixo do valor necessário atinge o conjunto dos trabalhadores brasileiros e com maior brutalidade a parcela negra do proletariado.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivenciamos no Brasil contemporâneo um momento de acirramento na luta de classes, um período que nos apresenta uma crise profunda do capital e que busca alternativas na ampliação da expropriação e espoliação (Boschetti, 2018). Tal cenário é crucial para o entendimento das tendências da questão social e suas particularidades, o que não é possível de ser efetivado sem o conhecimento prévio e minucioso da formação social brasileira, das relações raciais que a permeiam e das condições vinculadas a superexploração da força de trabalho.

Como a dinâmica da luta de classes não se orienta somente para o lado dos ataques aos trabalhadores, compreender os limites da democracia e os horizontes da luta de direitos é de extrema relevância. Logo, investigar as resistências passa também por captar quem são esses sujeitos, seus sofrimentos, as armadilhas que os dominam e assim elaborar estratégias de superação.

A fim de evitar interpretações moralistas sobre a condição de vida e trabalho da população nos países dependentes, Luce (2018) traz uma reflexão que desvia o foco da perspectiva de uma análise moral para uma perspectiva vinculada a crítica da economia política. O que compreende a configuração fruto da inserção subordinada ao mercado mundial e consequente consolidação da divisão internacional do trabalho.

Não é por falta de lutas dos trabalhadores que as jornadas laborais são tendencialmente mais longas nos países da América Latina. E também não é por falta de lutas históricas dos trabalhadores que os níveis salariais existentes no capitalismo dependente latino-americano são consideravelmente mais baixos do que nas economias centrais. As causas para os baixos níveis salariais são encontradas em três razões: 1) a exacerbção do exército industrial de reserva, que, assim como na causalidade para a duração da jornada de trabalho, influi nos salários de maneira negativamente determinada; 2) o fato de, nas economias dependentes, os trabalhadores não cumprirem o mesmo papel na realização do capital como nas economias centrais, na segunda fase da circulação, resultando [...] em um incentivo a que os patrões e o Estado comportem menos concessões à classe trabalhadora; 3) o fato de, na lógica reprodutiva do capital sob essa realidade, a burguesia dependentes procurar contra-arrestar as transferências de valor a que se encontra subordinada apertando o torniquete sobre os trabalhadores, isto é, deslocando o fundo de consumo do trabalhador para o fundo de consumo do capital. (p. 168-169)

Os elementos de dinamização do capitalismo dependente brasileiro encontraram na força de trabalho do trabalhador branco - nacional e estrangeiro - um agente quase monopolizador das funções ocupacionais dos setores mais dinâmicos da economia. Enquanto que ao trabalhador negro se abriam restritas possibilidades: lenta adesão aos setores subalternos do operariado urbano ou uma vida entregue a alta rotatividade laboral, atravessada pelo ócio compulsório e conseqüentemente criminalização pelas forças repressoras do Estado nacional. Uma estrutura edificada com auxílio permanente de um arcabouço ideológico com função exclusiva de elaborar de forma sofisticada um amplo leque de tendências da opressão racial. A combinação de diversos aspectos contrários à população negra se desdobrou não só na produção de uma divisão social do trabalho, mas na imposição de uma divisão racial do trabalho.

Nesse sentido, é necessário ampliar a lente de interpretação do Serviço Social. Um caminho já aberto e que segue em constante crescimento. Deixar de lado os dogmas e utilizar as armas da crítica para desvelar a brutal estrutura de opressão racial, visto que sem cumprir tal objetivo estaremos distantes de uma emancipação plena.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social: com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social. *Temporalis*, Brasília (DF), Abepss, ano 18, n. 36, p. 422-434, jul./dez. 2018.

ALMEIDA, Magali da Silva. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. *EM PAUTA*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 31-154, jul./dez. 2014.

ALMEIDA, Silvio. *Racismo Estrutural*. Pólen. São Paulo. 2019.

ALMEIDA, Sheila Dias. Serviço Social e relações raciais: caminhos para uma sociedade sem classes. *Temporalis*, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 15, n. 29, jan./jun. 2015.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

BAMBIRRA, Vânia. O Capitalismo Dependente Latino-Americano. Florianópolis: Insular, 2012.

BEHRING, Elaine Rosseti; SALVADOR, E. S.; LIMA, Rita de Lourdes de (Org.). Crise do Capital e Fundo Público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

BOSCHETTI, Ivanete. Expropriação de direitos e reprodução da força de trabalho. In: BOSCHETTI, Ivanete (org). Expropriação e Direitos no Capitalismo. São Paulo: Cortez, 2018.

DURIGUETTO, M. L; DEMIER, Felipe Abranches . Democracia blindada, contrarreformas e luta de classes no Brasil contemporâneo. ARGUMENTUM (VITÓRIA), v. 9, p. 8, 2017.

EURICO, Marcia. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, ano 39, n. 133, 2018.

EURICO, Marcia. Da escravidão ao trabalho livre: contribuições para o trabalho do assistente social. SER Social, Brasília (DF), v. 19, n. 41, p. 414-427, jul.-dez./2017.

FERNANDES, Florestan. Integração do Negro na sociedade de classes vol I. Editora Globo. São Paulo. 2008.

FERREIRA, Carla. C. C; FAGUNDES, G. G. Dialética da questão social e a unidade classe, gênero e raça. Temporalis, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 62-76, jul./dez. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro. IBGE. 2019.

LUCE, Mathias. Teoria Marxista da Dependência: Problemas e categorias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In; TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. (org) Ruy Mauro Marini: vida e obra. Expressão Popular. São Paulo. 2005. p.137-180.

MARX, Karl. O Capital Livro 1: o processo de produção do capital. 2 ed. São Paulo. Boitempo. 2017.

MOURA, Clóvis. Dialética Radical do Brasil Negro. São Paulo. Editora Anita Garibaldi. 2014.

MOURA, Clóvis. O negro, de bom escravo a mau cidadão? São Paulo. Editora Dandara. 2021.

PROCOPIO, A. P. Silva. Resistências negras e amefricanidade: diálogos entre Clóvis Moura e Lélia Gonzalez para o debate antirracista das relações de classe na América latina. *Revista Fim do Mundo*, no 4, jan/abr 2021.

QUEIROZ, M. V. L. Clóvis Moura e Florestan Fernandes: interpretações marxistas da escravidão, da abolição e da emergência do trabalho livre no Brasil. *Revista Fim do Mundo*, no 4, jan/abr2021.

ROCHA, Roseli. A inserção da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social e sua relação com a educação antirracista. In: ABRAMIDES, M. B. C.; DURIGUETTO, M. L. *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez. 2014.

SANTOS, Josiane Soares. Particularidades da “Questão Social” no Brasil: Elementos para o debate. Dossiê: A “QUESTÃO SOCIAL”. *TEMAS & MATIZES* - Vol. 9 - Nº 17 – PRIMEIRO SEMESTRE DE 2010. pp. 125-150. 2010.

TEIXEIRA, Rodrigo José. *Fundamentos do Serviço Social: uma análise a partir da unidade dos núcleos de fundamentação das diretrizes curriculares da ABEPSS*. Tese (Doutorado), UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro: 2019.